

NOTA DE ADMISSIBILIDADE

[Para efeitos de despacho do Senhor Presidente da Assembleia da República, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º do Regimento]

Forma da iniciativa:	Projeto de Lei
Nº da iniciativa/LEG/sessão:	38/XIV/1.^a
Proponente/s:	Dois Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)
Título:	Materializa o direito à alteração obrigatória de posicionamento remuneratório aos docentes do Ensino Superior Público
A iniciativa pode envolver, no ano económico em curso, aumento das despesas ou diminuição das receitas previstas no Orçamento do Estado (n.º 2 do art. 120.º do Regimento e n.º 3 do art. 167.º da Constituição)?	SIM Ao determinar que o Governo proceda à transferência das verbas necessárias ao cumprimento da presente lei para as respetivas instituições de ensino superior público, a aprovação desta iniciativa parece envolver encargos orçamentais, o que contende com o disposto no n.º 2 do artigo 120.º do Regimento e n.º 3 do artigo 167.º da Constituição, conhecido como «Lei-travão». O proponente poderá, todavia, acautelar esta limitação diferindo a sua entrada em vigor para o momento da entrada em vigor do Orçamento do Estado subsequente à sua aprovação
O proponente junta ficha de avaliação prévia de impacto de género (deliberação CL e Lei n.º 4/2018, de 9 de fevereiro)?	SIM
Justifica-se a audição dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas (art. 142.º do Regimento e n.º 2 do art. 229.º da Constituição)?	Não parece justificar-se
A iniciativa encontra-se agendada pela CL ou tem pedido de arrastamento?	Não
Comissão competente em razão da matéria e eventuais conexões:	Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto (8.ª)*
Conclusão: A apresentação desta iniciativa cumpr e os requisitos formais de admissibilidade previstos na Constituição e no Regimento da Assembleia da República, com a ressalva referida, na medida em que a sua aprovação envolve, no corrente ano, o aumento das despesas previstas no Orçamento do Estado.	



* Sem prejuízo das competências que vierem a ficar estabelecidas pela Conferência dos Presidentes das Comissões Permanentes

Assembleia da República, 7 de novembro de 2019

A assessora parlamentar,
Sónia Milhano (ext. 11822)